



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 075/076 CURITIBA, TERÇA/QUARTA-FEIRA, EM 02/03 DE AGOSTO DE 2005 ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO Presidente - PSDB		
PEDRO IVO ILKIV 1º Vice-Presidente - PT	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	ARLETE CARAMÊS 3º Vice-Presidente - PPS
NEREU MOURA 1º Secretário - PMDB	GERALDO CARTÁRIO 2º Secretário - PP	ELIO RUSCH 3º Secretário - PFL
RENI PEREIRA 4º Secretário - PSB	PASTOR EDSON PRACZYK 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

DIÁRIO Nº 075**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão Ordinária	03
Expediente:	
Mensagens	03
Ofícios	04
Indicações	07
Requerimentos	07
Projetos de Resolução	10
Projetos de Lei	10
Projetos de Lei Complementar	13
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto	14
Dep. José Domingos Scarpellini	15
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	16
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	16
1ª Discussão	16
Requerimentos	21
Prof. Plínio de Arruda Sampaio	22
Encerramento da Sessão Ordinária	22
Publicações:	
Diretoria de Apoio Técnico:	
Aditivos Contratuais	22

DIÁRIO Nº 076**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	23
Presenças	23
Abertura da Sessão Ordinária	23
Pequeno Expediente:	
Dep. Luiz Nishimori	23
Encerramento da Sessão Ordinária	24
Publicações:	
Atas de Comissões	
Comissão de Const. e Justiça	24

DIÁRIO Nº 075**070ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 070ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE AGOSTO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Neivo Beraldin e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (44). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Artagão Júnior, Carlos Simões, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Mauro Moraes e Renato Gaúcho (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Mensagens***

MENSAGEM Nº 028/2005

Curitiba, 29 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder doação, ao Município de Catanduvas, de área rural com 4.800,00m² (quatro mil e oitocentos metros quadrados), destacada do lote nº 125, da Gleba nº 03, da Colônia Tormenta, no referido município, de conformidade com a Transcrição das Transmissões sob nº 24.293, do Livro 3-AQ, do então Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, contendo área total construída de 587,80m².

O plano de lei ora proposto consulta plenamente aos superiores interesses públicos, tendo em vista que o Município de Catanduvas irá utilizar o imóvel a ser doado na reforma e ampliação do terminal rodoviário nele existente, obra essa indiscutivelmente necessária, considerando que a construção da Penitenciária Federal, nas proximidades, vem gerando grande aumento na circulação de pessoas pelo local.

Na redação do anteprojeto de lei em causa, figura dispositivo expresso de que o bem a ser doado ficará gravado com cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade e de que haverá reversão ao patrimônio do Estado caso se comprove desvirtuamento da expressa utilização.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação, ao Município de Catanduvas, na área rural com 4.800,00m², destacada do lote nº 125, da Gleba nº 03, da Colônia Tormenta, no Município de Catanduvas, de conformidade com a Transcrição das Transmissões sob nº 24.293, do Livro 3-AQ, do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, contendo área total construída de 587,80m².

Art. 2º O imóvel referido no artigo 1º deverá ser utilizado exclusivamente como terminal rodoviário

daquele município, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 029/2005

Curitiba, 20 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar Cessão de Uso, ao Município de Paraíso do Norte, do imóvel constituído pelo lote nº 06, quadra 17, com total de 601,06 m², com benfeitorias que somam 218,12 m², na Rua Catulo da Paixão Cearense, nº 373, naquele município, matriculado sob nº 2.032 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da administração e da coletividade, eis que o imóvel a ser cedido será exclusivamente utilizado para fins educacionais, desenvolvidos pela municipalidade.

No anteprojeto de lei em causa, figuram dispositivos expressos no sentido de que, caso haja descumprimento de finalidades na utilização do imóvel, a Administração Estadual poderá retomá-lo, dispondo, ainda, sobre prazos de vigência e de possibilidade de prorrogação da cessão ora proposta.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso, ao Município de Paraíso do Norte, do imóvel constituído pelo lote nº 06, quadra 17, com total de 601,06 m², com benfeitorias que somam 218,12 m², na Rua Catulo da Paixão Cearense, nº 373, naquele município, matriculado sob nº 2.032 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte.

Art. 2º O imóvel em questão deverá ser utilizado pelo município exclusivamente para fins educacionais, tendo a presente cessão retirada, a qualquer momento, em caso de que se comprove utilização diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº 731/2005, do Sr. Aldo José Parzianello - Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre exploração e comercialização de água mineral. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 322/2005, do Sr. Luiz Carlos Delazari - Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre pregão eletrônico para aquisição de plantadeira ao IAP. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 323/2005, do Sr. Luiz Carlos Delazari - Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado André Vargas, que pede esclarecimentos sobre pregão eletrônico para aquisição de plantadeira ao IAP. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 290/2005, do Sr. Luiz Carlos Delazari - Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado André Vargas, que pede esclarecimentos sobre Processo nº 3027324 encontra-se em tramitação na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CTL/CC 098/2005, de autoria do Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 039/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 099/2005, de autoria do Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 023/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 100/2005, de autoria do Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 333/2004, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 105/2005, de autoria do Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 022/2005, de autoria

do Deputado Rafael Greca de Macedo, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 108/2005, de autoria do Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 341/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 109/2005, de autoria do Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 453/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 118/2005, de autoria do Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 189/2005, o Poder Executivo, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 122/2005, de autoria do Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 264/2005, do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas, inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC 093, 095 a 097, 102 a 104, 110 a 117, 121 e 123 a 125, 2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

232/2005: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interna, com o Banco do Brasil, para financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - PRODETUR/SUL, no valor e condições que especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.766.

Anote-se - Arquite-se.

284/2005: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a proceder a permuta de imóveis conforme especifica, com a empresa HAFIL - Empreendimentos Ltda., o qual foi convertido em Lei nº 14.767.

Anote-se - Arquite-se.

170/2005: De autoria da Deputada Cida Borghetti que, acresce parágrafo ao artigo 1º, da Lei nº 12.420, de 13 de janeiro de 1999, o qual foi convertido em Lei nº 14.768. **Anote-se - Arquite-se.**

263/2005: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo efetuar cessão de uso do imóvel que especifica à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Primeiro de Maio, o qual foi convertido em Lei nº 14.769. **Anote-se - Arquite-se.**

061/2005: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, fica denominado de Escola Estadual Professora Marli Queiroz Azevedo, o estabelecimento educacional no Conjunto Residencial Vitória Régia, na Cidade Indus-

trial de Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 14.771. **Anote-se - Arquivo-se.**

056/2005: De autoria do Deputado Geraldo Cartário que, autoriza o Poder Executivo a denominar Colégio Estadual Líria Micheleto Nichele, o prédio que especifica, situado no Jardim Santarém II, em Fazenda Rio Grande, o qual foi convertido em Lei nº 14.772. **Anote-se - Arquivo-se.**

006/2005: De autoria do Deputado Rafael Greca que dispõe que, nos casos de contratação de demanda de potência, o ICMS somente incidirá sobre a quantidade de energia elétrica efetivamente consumida, o qual foi convertido em Lei nº 14.773. **Anote-se - Arquivo-se.**

311/2005: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a proceder à redução do capital subscrito na Empresa Ambiental Paraná Florestas S/A, no valor de R\$ 8.000.000,00, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.775. **Anote-se - Arquivo-se.**

342/2005: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso, à Escola Maternal Annete Macedo, do imóvel localizado na Rua Vicente Machado, 589, nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.776. **Anote-se - Arquivo-se.**

412/2005: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 15.219.325,00, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.777. **Anote-se - Arquivo-se.**

262/2005: De autoria do Poder Executivo, que cria, na Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, os cargos e provimento em comissão que especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.778. **Anote-se - Arquivo-se.**

087/2005: De autoria do Deputado Rafael Greca, que institui o Dia do Estado do Paraná e do Hino do Estado do Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 14.779. **Anote-se - Arquivo-se.**

184/2005: De autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que autoriza o Poder Executivo a receber do INCRA, na forma de doação, área de terra localizada no projeto de Assentamento Juquiá de Cima, no Município de Goioxim, o qual foi convertido em Lei nº 14.780. **Anote-se - Arquivo-se.**

238/2005: De autoria do Deputado Neivo Beraldin, que obriga as empresas que, para funcionamento, necessitam de Licença Ambiental, apresentem junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Passivo Ambiental, sem o que não será concedido o Certificado de Encerramento das Atividades, o qual foi convertido em Lei nº 14.781. **Anote-se - Arquivo-se.**

239/2005: De autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe que povoamento e repovoamento de peixes em recursos hídricos, serão feitos mediante prévio licenciamento ambiental, o qual foi convertido em Lei nº 14.782. **Anote-se - Arquivo-se.**

225/2005: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Secretaria de Estado de Obras Públicas e Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.803. **Anote-se - Arquivo-se.**

413/2005: De autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os valores básicos dos proventos dos serventuários aposentados do foro extrajudicial do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.805. **Anote-se - Arquivo-se.**

053/2005: De autoria do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Paraná) e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.806. **Anote-se - Arquivo-se.**

384/2005: De autoria do Tribunal de Justiça, que incorpora as carreiras constituídas de cargos de provimento efetivo de que trata a Lei nº 11.737/97, ao quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.807. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob os nºs CTL/CC 106, 119 e 120/2005, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos fins, os Projetos de Lei nºs 492/2004, 035/2005, 109/2003, 181/2005, 186/2005, 190/2005, 198/2005, 204/2005, 238/2005, 282/2004, 579/2003, 089/2005, 131/2005, 176/2005, 279/2005, 280/2005 e 294/2005, respectivamente. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC 094 e 107/2005, do Sr. Governador do Estado, restituindo os Projetos de Lei nºs 157/2005 e 057/2005, respectivamente. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1114/2005, do Sr. Heinz Georg Herwing - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando prestação de contas do Governo do Estado, do exercício financeiro de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 262/2005, do Sr. Aluísio Guimarães Ferreira - Superintendente de Administração e Finanças da Agência Nacional de Águas, comunicando convênio celebrado entre a Agência Nacional de Águas, a Superintendência de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, visando a implementação de Gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas do Alto Iguaçu/afuentes do Alto Ribeira e do Rio Tibagi. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 522/2005 - OE, do Sr. Celso Rotoli de Macedo - Desembargador Relator do Tribunal de Justiça, encaminhando fotocópia do venerando acórdão nº 7110, proferido nos autos de Mandato de Segurança nº 157752-4, de Curitiba, em que figuram como Impetrante Sinval Clementino de Mendonça e Impetrado Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL 309, 345, 346, 347 e 348/2005, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados aos Programas PEJA, PNAE, PNAC-PNAE, CRECHE, PNAI - PANE INDÍGENA e PNATE, respectivamente. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 357/2005, do Sr. Ricardo Rodrigues, Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, notificando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 81.949,17 (oitenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná/SEAB. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº SEPL/COP/166/2005, do Sr. Reinhold Stephanes, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando Demonstrativo das Alterações de Despesas realizadas no 2º Trimestre de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1042/2005, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório de Atividades Institucionais, desenvolvidas durante o 1º trimestre de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1086/2005, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia das principais pelas do protocolo nº 517.187/2004-TC, referente à homologação pelo Tribunal de Contas do Paraná, dos cálculos das quotas de participação dos Municípios no produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1143/2005/GAB/SESAN, do Sr. Onaur Ruano, Secretário da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando cópia ao termo Aditivo nº 01 do Convênio nº 135/2004, assinado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome e o Governo do Estado do Paraná para a implantação do projeto de Hortas Comunitárias em Áreas Urbanas e Rurais. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº GF/GEFIN/GTES-00181/2005, do Sr. Paulo Roberto Teixeira Guerra, Gerente da GTES/GEFIN/GF, comunicando que o BNDES efetuou no dia

15/07/2005, liberação de recursos financeiros para o Estado do Paraná, no âmbito dos(s) contrato(s) nº(s) 2222441, no valor total de R\$ 11.403.600,00. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 313/2005-CER-PRES, da Sra. Mônica de Araújo Freitas, Chefe do Cerimonial da Presidência do Senado Federal, informando que a realização do Seminário Acessibilidade em Debate, iniciativa do Senado Federal que faz parte da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, foi transferida para a segunda quinzena de outubro, em data e hora que serão comunicadas oportunamente. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 917/2005/GM/MMA, do Sr. Balizeu Alves Margarido Neto, Chefe interino do Gabinete do Ministério do Meio Ambiente, comunicando recebimento do Ofício nº 1258/05/CEA, dessa Assembléia Legislativa. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 943/2005/GM/MMA, do Sr. Balizeu Alves Margarido Neto, Chefe interino do Gabinete do Ministério do Meio Ambiente, comunicando recebimento do Ofício nº 1113/2005/CEA, dessa Assembléia Legislativa. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 288/SPOA/MDA, do Sr. Cilair Rodrigues de Abreu, Analista de Planejamento e Orçamento - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração do Convênio nº 033/2004 e a liberação do recurso financeiro. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 130-TEM/SPPE, do Sr. Remígio Todeschino, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, encaminhando cópia do Termo Aditivo nº 002/2005 ao Convênio TEM/SPPE/CODEFAT nº 034/2004 - SETP/PR, celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Governo do Estado do Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1.116/2005, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o Protocolo nº 120.205/2005-TC, referente a prestação de contas dessa Corte, exercício financeiro de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Indicação

INDICAÇÃO Nº 031/2005

Ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública:

O Deputado Barbosa Neto dirige-se a V Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. A criação e instalação de um posto avançado do Corpo de Bombeiros na Zona Oeste de Londrina.

Mais de cinquenta bairros da Zona Oeste de Londrina concentram-se nessa região, com mais de 121.000 habitantes. O único posto da região tem que atender outras 100.000 pessoas do outro lado da BR-369.

A transposição da rodovia dificulta o acesso dos bombeiros à região onde propomos a instalação do posto do Corpo de Bombeiros, que deverá ser instalado em local estratégico, para atender a população com mais agilidade.

Lembramos também que na região fica o pool de combustíveis, com cerca de cinco grandes empresas que geram um alto risco de incêndios.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2159

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER que seja aprovada a realização de exposição de obras de arte da Galeria Schneider, com obras de artistas renomados de vários estados brasileiros, a ser realizada no período de 05 a 16 de setembro de 2005.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2161

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Costa Moretto.

Requer também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2163

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Terezinha de Jesus Siqueira Duarte.

Requer também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2168

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Pinto de Oliveira, ocorrido no dia 15 de julho p.p., no Município de Laranjeiras do Sul/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, Sra. Elvira Libernoski de Oliveira, enviando correspondência à Rua Marechal Cândido Rondon, 2555, CEP 85301-970 - Laranjeiras do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Sr. Paulo causou consternação à população laranjeirense, onde conquistou grandes amizades, deixando em todos dor e saudades irreparáveis.

A notícia que sempre nos causa profunda tristeza é a da perda de um amigo querido, alguém com quem compartilhamos momentos importantes em nossa vida.

Esposo, pai e avô dedicado, partiu com a certeza do dever cumprido. Ficam as lembranças, o legado de uma vida, as marcas de um desbravador que ajudou a construir e preparar Laranjeiras do Sul para as futuras gerações.

Por mais que tentemos expressar nossa profunda dor com a separação de um ente querido, sabemos que as palavras ainda são limitadas para este fim. A nossa fé nos diz que, neste momento, devemos nos apegar ainda mais com Deus, que certamente está recebendo Paulo em sua morada divina.

Por sua vez, esta Casa de Leis, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de enviar à família enlutada, sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 2180

Sr. Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Cesta, ocorrido em 03 de julho do corrente, em Japurá-PR.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2181

Sr. Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Pinate, em Japurá-PR.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2182

Sr. Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Adelmo Barbieri, ocorrido em 29 de julho do ano em curso, na cidade de Japurá-PR.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O desenlace do cidadão Adelmo Barbieri entristece a todos os que tiveram a ventura de privar de seu convívio. Foi um dos pioneiros do Município de Japurá. Sua morte entristeceu a todos os que o conheceram, principalmente os que com ele conviveram.

Que da decisão desta Casa de Leis, se dê ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 2160

Sr. Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de votos de congratulações à Polícia Militar do Estado do Paraná, que comemora no próximo dia 10 de agosto, 151 anos.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de expediente ao Sr. Coronel QOPM David Antônio Pancotti, Comandante-Geral da Polícia Militar, no endereço: Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 - Curitiba/PR, CEP 81230-110.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar do Paraná foi criada em 10 de agosto de 1854, como Companhia da Força Policial, pelo Presidente da nova Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, que nomeou o Capitão de 1ª Linha do Exército Imperial, Joaquim José Moreira Mendonça, para organizar a Corporação, composta por 67 homens.

A história da PM paranaense mostra uma honrosa participação em episódios que marcaram a vida nacional, combatendo na Guerra do Paraguai em 1865, Revolução Federalista em 1893 e na Guerra do Contestado em 1913, entre outras.

A Polícia Militar do Paraná cresceu junto com o Paraná, adaptou-se aos nossos dias, evoluindo com a sociedade. Hoje, está voltada aos anseios da comunidade, integrando-se a ela através do policiamento comunitário, garantindo a paz e a proteção de vidas e bens a toda comunidade paranaense, sempre presente nos 399 Muni-

cípios do nosso Estado, atuando ostensiva e preventivamente, nas cidades, nas matas e estradas.

Em reconhecimento ao grande trabalho que vem sendo feito em benefício à população paranaense, enviamos votos de congratulações à Polícia Militar do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2162

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de congratulação ao Hospital Universitário do Norte do Paraná.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado em nome do seu Superintendente Dr. Francisco Eugênio Alves de Souza, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2177

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido votos de congratulações ao cirurgião cardiologista Dr. Francisco da Costa, bem como à respectiva equipe da Santa Casa de Curitiba, em razão do método pioneiro que vem utilizando nas cirurgias cardíacas, salvando vidas e melhorando a qualidade de vida de pessoas acometidas de doenças cardíacas.

Em recente cirurgia cardíaca, a Sra. Vilma Trevi- san, esposa do funcionário desta Assembléia Legislativa, Sr. José de Castro e Silva, foi operada pelo Dr. Francisco da Costa e equipe, utilizando moderna e inovadora técnica.

Enaltecendo o trabalho dessa valorosa equipe de profissionais da medicina que salvam vidas e melhoram a qualidade de vida das pessoas operadas.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2179

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à nova Diretoria Estadual do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná, para a gestão de 2005 a 2008, a qual tomou posse no último dia 7 de julho.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao engenheiro eletrônico Sr. Ulisses Kaniak, Diretor-Presidente do SENGE-PR, no endereço: Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná SENGE/PR - Rua Mal. Deodoro, 211 - 7º andar - 80.019-320 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2175

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER a essa Presidência, votos de louvor para a Cruzada Social Cosme e Damião pela comemoração de seus 43 anos de fundação, período no qual prestou relevantes serviços à sociedade em especial ao policial militar paranaense.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

A Cruzada Social Cosme e Damião de Proteção à Maternidade e à Infância é uma entidade sem fins lucrativos que surgiu há 43 anos por iniciativa da Sra. Yolanda Foltran Pombo, esposa do Cel. Orlando Xavier Pombo, na época Comandante Geral da PM do Paraná.

Tendo em vista a dificuldade financeira dos cabos e soldados da Polícia Militar que não tinham condição para comprar enxoval para os filhos recém-nascidos, as mulheres de policiais militares passaram a se reunir para confeccionar os enxovais, entregando-os para a maternidade do Hospital da PMPR.

Na falta de local específico para trabalhar, iniciaram as atividades na própria residência da Sra. Yolanda, sendo mais tarde cedido pela Associação da Vila Militar um espaço para a sede atual.

Durante seus 43 anos de existência, a Cruzada Cosme e Damião o trabalho da entidade foi ampliado e hoje, além da distribuição de enxovais a recém-nascidos de filhos de cabos e soldados da PMPR, a Cruzada ainda fornece material escolar para alunos de 1ª a 4ª série filhos de cabos e soldados da PM, organizam encontros visando a orientação das gestantes e das mães de policiais militares e ainda colaboram com outras entidades assistências através da doação de alimentos, vestimentas, roupas de cama e outros.

Hoje em Curitiba, a Cruzada conta com aproximadamente 120 voluntárias que gratuitamente doam seu tempo para concretizar os objetivos da entidade. Objetivando a ampliação do atendimento, a Cruzada está estendendo suas atividades para o interior do Estado e já fundou subsedes em Londrina e em Paranaíba.

Desta forma, na comemoração de seus 43 anos de fundação, pelos relevantes serviços prestados em prol dos policiais militares e seus familiares, a Cruzada Social Cosme e Damião merece esta singela menção como forma de reconhecimento da sociedade paranaense pela relevância de seu trabalho.

REQUERIMENTO Nº 2164

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do

Estado, Sr. Roberto Requião, encaminhando correspondência em anexo.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2169

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Exmo. Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, Prefeito Municipal de Sarandi, Exmo. Sr. Aparecido Farias Spada e ao Ministério Público, Procurador Geral de Justiça Exmo. Sr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando aos mesmos providências com referência ao lixo do Município de Sarandi.

Atualmente, a cidade conta com um lixão a céu aberto que há anos recebe, diariamente, toneladas de lixo, numa área de um alqueire. Os resíduos não recebem tratamento adequado, causando degradação ambiental e problemas de saúde aos moradores do local.

Segue anexa documentação recebida em nosso gabinete parlamentar.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2178

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, informações quanto à campanha publicitária "O Porto é Nosso!", conforme segue:

1 - qual o valor total, devidamente discriminado por item, destinado à campanha;

2 - quem são os prestadores de serviço e fornecedores do material utilizado na mesma? Especificar quantidade por item;

3 - quem arcou com as despesas, a APPA ou o Governo do Estado;

4 - houve licitação para a campanha? Em caso afirmativo, quais empresas participaram e qual a vencedora? Enviar cópia do contrato firmado com a empresa responsável pela campanha;

5 - especificamente quanto à edição da revista intitulada "O Porto é Nosso!", qual o custo total, desde sua concepção até sua distribuição;

6 - quantas unidades do referido impresso foram publicadas;

7 - como foi feita a distribuição do impresso? Em caso de distribuição por encarte, especificar em quais veículos de comunicação foram feitos e o respectivo custo.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovado a realização de plebiscito nos Municípios de Moreira Salles e Goioerê, para que a população decida sobre a ratificação do memorial descritivo do Município de Moreira Salles, dado pela Lei nº 4.245/60, de 28 de julho de 1960.

“Inicia-se a descrição deste perímetro no marco 1=PP localizado no Arroio Água Grande de coordenadas geográficas, latitude 24°07'46" S e longitude 52°51'21" W e coordenadas 7.330.165 N e 311.392 E; deste segue por linha seca com azimute de 269°25'14" e distância de 28.342 m até o marco 2 de coordenadas 7.329.879 E; deste segue por linha seca com azimute de 5°39'11" e distância de 22.416 m até o marco 3 de coordenadas 7.352.186 N e 285.258 E, localizado no Rio Goioerê; este segue pelo Rio Goioerê com distância aproximada de 39.160 m até o marco 4 de coordenadas 7.345.350 N e localizado na Foz do Rio Água Grande; deste segue pelo Rio Água Grande por aproximadamente 23.000 m até seu afluente pela margem esquerda, Arroio Água Grande, pelo qual segue por mais de 950 m até o marco 1, ponto inicial da descrição do perímetro.”

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de resolução com o objetivo de aprovar a realização de plebiscito nos Municípios de Moreira Salles e Goioerê, para que a população decida sobre a ratificação do memorial descritivo do Município de Moreira Salles, dado pela Lei nº 4.245.

A Lei nº 4.245, de 28 de julho de 1960, definiu o memorial descritivo do Município de Moreira Salles de forma inequívoca, mas quando da elaboração dos mapas pelo órgão estadual competente, uma área, na divisa com o Município de Goioerê, ficou de fora dos limites de Moreira Salles. Ficou existindo, então, uma divisa legal e outra de fato, aquela que os municípios respeitam para a administração de seus territórios. O Município de Moreira Salles tem administrado, historicamente, todos os serviços públicos recebidos pela comunidade local, investindo recursos sem que lhe seja computado, para fins de repasse estaduais e federais. A educação, conservação de estradas, transportes de estudantes, energia elétricas, alistamento militar, igrejas católicas ficaram sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Moreira Salles ou de órgãos instalados naquele município.

É pensamento unânime, tanto da comunidade da área, como a dos Municípios de Moreira Salles e Goioerê, que essa área pertença ao Município de Moreira Salles, pois caso contrário traria prejuízos irreparáveis ao município que arca com toda a responsabilidade de realizar os serviços públicos, que tanto necessita a população.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de resolução.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 437/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Lupionópolis, uma área de terra medindo 540,00 metros quadrados, constante da Quadra nº 02-A, Praça Antonio Pozzato s/n - Centro Cívico, localizada no perímetro urbano do Município de Lupionópolis, registrada no Registro Geral - Livro 2, sob o nº 2274, no Cartório de Registro de Imóveis 2º Ofício da Comarca de Porecatu.

Parágrafo Único - A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado para a instalação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e uma Biblioteca Pública, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimento.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessão, em 02.08.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Lupionópolis.

A doação do imóvel, localizado no perímetro urbano do Município de Lupionópolis, deverá ficar gravada com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado para a instalação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e uma Biblioteca Pública, para atender toda a rede Pública de Ensino Municipal e Estadual, atualmente com aproximadamente 1.500 alunos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 438/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica corrigida a denominação do município beneficiado no Plano de Aplicação, emendas ao conteúdo

programático, Protocolo nº 0323 da Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, do Iguatu para Santa Mariana.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o projeto de lei com o objetivo de corrigir, unicamente, a denominação do município beneficiado com dotação orçamentária pela Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, que saiu com a denominação trocada de Santa Mariana para Iguatu, quando o objetivo do autor era destinar recursos para a conservação da estrada rural que liga a cidade de Santa Mariana aos Distritos de Quinzópolis e Panema. Sendo o objetivo da emenda beneficiar o Município de Santa Mariana.

A emenda ao Conteúdo Programático tem o protocolo nº 0323 e deve ser corrigida, passando o Município de 378 (Iguatu) para 378 (Santa Mariana), até o limite consignado para o projeto.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 439/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Ariovaldo Costa Paulo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Ariovaldo Costa Paulo, natural de Terra Boa, Estado do Paraná, é técnico em saúde e aos 43 anos exerce importante papel na sociedade maringaense.

É o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, cujo mandato vem sendo fonte de importante trabalho na área de responsabilidade social.

Casado com Lucinei Mologne, tem dois filhos: Suelem e André.

É empresário do ramo de distribuição de alimentos, proprietário das empresas Arilu Distribuidora de Alimentos Meleus, que estão em Maringá desde 1980.

Em 1997 foi eleito o comerciante do ano, título concedido pela Associação Paranaense de Supermercados e Sindicato do Comércio Varejista de Maringá.

Ariovaldo, sempre empreendedor e participativo, foi Presidente do Conselho do Comércio e Serviços da Associação Comercial e Industrial de Maringá de 1998 a 1999.

Foi Vice-Presidente de Comércio da ACIM - Associação Comercial e Industrial de Maringá de 2000 a 2001. Foi eleito Presidente da ACIM no mandato de 2002 a 2003 e reeleito para 2004-2005.

Tem atuação destacada na comunidade maringaense. Criou a primeira cooperativa de crédito dos comerciantes de Maringá, hoje o Banco SICOOB. Atuou com a comunidade para a ampliação das vagas nos cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá e pelos onze novos cursos lançados no ano de 2000. Ariovaldo também atua no Conselho Comunitário de Segurança e é membro Diretor do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM.

Homem trabalhador e dedicado ao desenvolvimento da cidade de Maringá, cuja atuação serve de exemplo a todos que o conhecem.

PROJETO DE LEI Nº 440/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Obesos de Maringá - AOM, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Obesos de Maringá - AOM, foi fundada em 2002 e desde então continua ativa no seu trabalho junto à comunidade maringaense.

É fato de conhecimento público que o número de pessoas com obesidade vem crescendo não só no Brasil, mas em todo o mundo e a Associação de Obesos de Maringá vem realizando importante trabalho de orientação e tratamento de pessoas obesas e sem condições financeiras para realizar o tratamento.

PROJETO DE LEI Nº 441/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Recanto da Fraternidade Plantando Vidas, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Recanto da Fraternidade Plantando Vidas, mais conhecido como Plantando Vidas, atende a população de

rua no Município de Maringá e egressos de programas de tratamento de dependência química em sistema de abrigo provisório com o objetivo de propiciar a volta ou a isenção no mercado de trabalho e na sociedade.

O trabalho realizado pela entidade é maravilhoso e merece o título de utilidade pública. Fundada em 2003, em 2004 elegeu a diretoria que hoje está à frente da instituição. O artigo 118 do Estatuto do Plantando Vidas dispõe de forma expressa que os cargos dos Conselhos de Administração, Fiscal e Comunitário não são remunerados, seja a que título for, ficando vedado por parte de seus membros o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens, pelos cargos exercidos junto ao Plantando Vidas. A iniciativa da criação dessa organização foi do Monsenhor Geraldo Schneider, cujo trabalho humanitário é amplamente conhecido em Maringá e Região. O sistema de atendimento do Pantando Vidas pode ser observado a partir da página 7 do relatório de Atividades, cujo detalhamento evidencia a seriedade do trabalho social e humanitário.

O Recanto Plantando Vidas conta com equipes multidisciplinares compostas por alunos da Universidade Estadual de Maringá, que tem a possibilidade de conhecer na prática os reflexos da respectiva atuação. A equipe técnica que trabalha no Plantando Vidas é formada com parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada. A unidade de atendimento está localizada na área rural de Maringá, na Gleba Bandeirantes, com 7 alqueires, sendo 3 alqueires de mata nativa, com várias nascentes de água e topografia ideal para implantação de programas agrícolas.

O Plantando Vidas, na referida unidade de atendimento, tem dois salões pré-moldados de concreto com área de 250m2 cada um; uma casa de alvenaria contendo cozinha, sala, dois banheiros e dormitório coletivo com aproximadamente 120m2; uma área externa com refeitório de aproximadamente 50m2; lavanderia e banheiros coletivos com aproximadamente 80m2 e uma edificação com 400m2 sem fechamento lateral.

PROJETO DE LEI Nº 443/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a divulgar, através do Diário Oficial do Estado, os devedores que tenham débito tributário inscrito como Dívida Ativa, inclusive com menção aos valores devidos, exceto se estiverem parcelados.

§ 1º Poderão ser excluídos da divulgação os créditos tributários com exigibilidade suspensa ou, na forma de lei, garantidos, conforme disposto em instruções baixadas pela Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º As informações divulgadas nos termos deste artigo poderão ser utilizadas ou consideradas, no exercício de suas atividades, por entidades de proteção ao crédito ou por centrais de risco de crédito, entidades de

registros públicos, cartórios e tabelionatos, entidades do sistema financeiro, bem como por qualquer outra entidade pública ou privada.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, poderá, se necessário, ser celebrado convênio entre a Secretaria de Estado da Fazenda e as respectivas entidades.

§ 4º Os órgãos da administração pública estadual direta e indireta poderão ficar proibidos de transacionar, a qualquer título, com os devedores cujos créditos tributários tenham sido objeto de divulgação na forma deste artigo.

§ 5º A proibição de transacionar com os devedores compreende o pagamento de quaisquer créditos, a admissão em concorrência ou coleta de preços, a celebração de contratos de qualquer natureza, a concessão de empréstimos e quaisquer outros atos que importem em transação com o Estado.

Art. 2º o Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo estimular a quitação imediata ou o escalonamento de débitos com o Erário Público Estadual, de forma voluntária, evitando a discussão na esfera judicial e diminuindo o índice de evasão fiscal no Estado.

A divulgação, através do Diário Oficial do Estado, dos devedores que tenham débito tributário inscrito como Dívida Ativa, provocará constrangimento e receio de punição entre os sonegadores ou maus pagadores, a ponto de induzi-los a regularizar, voluntariamente, a situação fiscal pendente.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 444/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Evangelização, Formação, Vivência e Acompanhamento Padre Arlindo Tomazi - CEFA, com sede e foro no Município de Terra Rica, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Evangelização, Formação, Vivência e Acompanhamento padre Arlindo Tomazi foi fun-

dado em 16/11/2000, na cidade de Terra Rica, sem finalidade lucrativa, visando desenvolver a evangelização e a formação de leigos na vida missionária cristã, bem como desenvolver o acolhimento, a promoção e a reintegração na sociedade, de toxicômanos e alcoólatras, sem distinção de sexo, raça, credo político e religioso.

Pelo relatório de atividades de 2004, apresentado pela entidade, verificamos que a mesma está atendendo às finalidades a que se propôs, pois a conclusão do relatório é: “Quando se acredita em um sonho, quando o objetivo de realizá-lo é maior que as dificuldades, o trajeto parece mais curto, porém não menos difícil. O CEFA, durante todo o ano de 2004, não perdeu seu objetivo de evangelizar. Não perdeu de vista suas metas. Lutamos juntos para alcançarmos a transformação social e cristã.

A situação social de desestruturação familiar, aumento de casos de dependência química e descrença, em relação a si, ao próximo e a Deus, são nosso ponto de partida para a luta. Partimos dessa análise e queremos transformar a realidade, viver uma sociedade, sóbria e fraterna. Acreditamos que nossa fé convertida em ação é o que nos permitiu chegar até aqui!”

PROJETO DE LEI Nº 445/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pioneiros Mourãoenses, com sede e foro na cidade de Campo Mourão/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Pioneiros Mourãoenses-APIM é uma entidade sem fins econômicos, políticos ou religiosos e com prazo de duração indeterminado, com sede e foro no Município de Campo Mourão/PR.

A entidade tem por finalidade congregar os Pioneiros de Campo Mourão e seus familiares, oferecendo-lhes lazer e recreação. Com relevante importância para o resgate e preservação da história do município, tem participação ativa em eventos culturais e na organização de seminários, conferências e festividades que dizem respeito a comunidade mourãoense.

A preservação da história e da memória de Campo Mourão, a identificação dos seus pioneiros e descendentes, bem como o desenvolvimento da cidadania, é a base de todas as atividades desenvolvidas pela Associação.

Assim sendo, em razão dos motivos expostos, finalizamos certos de que os nobres Pares saberão avaliar a importância do presente projeto de lei e aprová-lo sem restrições.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 442/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar 83, de 17 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Doutor Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba e Presidente Castelo Branco.”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do Município de Presidente Castelo Branco é reivindicação daquela comunidade, que tem no Município de Maringá importante pólo regional.

Esta municipalidade possui a característica essencial que lhe faculta participar do planejamento conjunto da Região Metropolitana de Maringá, qual seja, a conurbação.

O Município de Presidente Castelo Branco pertence a AMUSEP e tem população estimada pelo IBGE em 4.912 habitantes.

Esse município depende da cooperação com a Região Metropolitana de Maringá para garantir a fixação da respectiva população.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Com toda sinceridade e seriedade que o tema merece, gostaria de trazer hoje a esta tribuna, a preocupação que temos em relação a essas operações denominadas “Força-Tarefa” que o Governo do Estado vem empen-

dendo em algumas regiões do Estado. Em Londrina, por exemplo, quando critiquei aqui a forma como ela estava sendo realizada, alguns Deputados que, às vezes não têm conhecimento devido desse tema, acabam tentando distorcer o que colocamos aqui.

Trago hoje o jornal Folha Norte do último sábado, de Londrina, que diz aqui: "Londrina segura - Mesmo com a operação da Polícia Militar, assaltos e furtos caíram só 9,5%. E aqui, o que a população pensa sobre isso? A Dona Claudete Andrade e Silva, moradora do Jardim Itapoá diz: 'Acho que a polícia não pode ser vista na cidade, e só resolve o problema se ficarem de vez.' 'Assim, não adianta encherem a cidade de policiais', diz o Sr. Antunes Filho, morador do Jardim Itaparica. Dona Dalva Sofia, moradora do Conjunto Violim: 'Falta segurança e não é essa polícia de fora que vai resolver, tem que ter policial circulando sempre'. Sr. Avelar Gerald, morador do Jardim Alto da Boa Vista: 'Esse número de policiais dá uma impressão de segurança que não sei se é verdadeira. Quando eles forem embora, os bandidos vão voltar, porque saberão que a cidade está desprotegida'."

Este é o sentimento da população de Londrina em relação a essa operação. Em dez dias, nove pessoas foram assassinadas. Então, pergunto: quais são os benefícios dessa operação "Força-Tarefa"? Inclusive, há revolta muito grande de alguns setores da sociedade. Em Rolândia, por exemplo, estão criando um grupo de pais contra o abuso que esses policiais militares, agindo com truculência, estão causando à população. Entraram em uma lanchonete que nem bebida alcoólica vende e fizeram barbaridades, crianças chorando, lanche queimando na chapa; entraram com escopetas, humilhando, aviltando a população de bem! E esse Governo que fala tanto na tal da polícia cidadã, que polícia cidadã é essa?

O Deputado Reni Pereira conseguiu, depois de um longo e tenebroso inverno, uma resposta da Secretaria da Segurança Pública, dando conta que em Foz do Iguaçu essa mesma operação gastou, em 45 dias, R\$ 3.650.000,00 para resultados pífios na área de combate à criminalidade. Lá em Londrina, o Secretário da Segurança Pública, quando perguntado sobre o montante gasto com a operação, ficou nervoso e por três vezes tentou desmerecer as perguntas de um repórter.

Mas, tive acesso a um documento que policiais militares e civis de Londrina, Cambé, Ibiporã, Sertãozinho, Rolândia, Primeiro de Maio, Arapongas e Apucarana nos encaminharam, fazendo um verdadeiro relato sobre quanto custa efetivamente essa operação na nossa cidade. Os policiais que estão há mais de dez anos na miséria, com fome - frisa aqui o documento - já que não recebem reajuste há dez anos!

Senhoras e senhores, trezentos policiais que estão em Londrina desde o dia 20 de junho, em trinta dias custam, só com diária, um milhão, 188 mil e cem reais para os cofres do Governo do Estado, uma diária de 127 reais, totalizando 39 mil, 370 reais por dia! E isto, fora o custo das viaturas, são trinta, de uma marca importada cha-

mada Nissan, o litro do diesel um real e sessenta centavos, só de combustível, cinquenta litros cada viatura, mil e quinhentos litros de combustível ao dia para as trinta viaturas, ou seja, setenta e dois mil reais por mês, mais o um milhão 181 mil reais, nós temos aqui mais ou menos um milhão e trezentos mil reais, excetuando-se aqui a manutenção dessas viaturas que são caras, já que é de uma marca importada, também a manutenção administrativa, instalação de uma central, equipamentos de informática, e outros dados, como energia, água e esgoto que acabam também incidindo sobre esse cálculo.

Senhoras e senhores Deputados, trezentos mil reais daria para comprar vinte viaturas 1.6 da marca Volkswagen, à gasolina, quatro portas, porque o Governo adquiriu recentemente, diretamente das fábricas, com preço mais baixo, e os veículos são refugos de fábrica. Daria para se contratar, por exemplo, 83 policiais com salário médio de atualmente 980 reais, seriam 83 mil reais ao mês, em doze meses, 996 mil reais, e ainda sobraria quatro mil reais para manutenção. Com esses um milhão e trezentos mil reais que o Governo está gastando por mês, numa operação passageira, numa operação que não vai deixar os benefícios para a cidade, porque há uma revolta interna na corporação, com esses policiais ganhando quatro mil e oitocentos reais por mês, enquanto a maioria ganha 980 reais.

Eu não falo isso aqui pelos cotovelos, falo com conhecimento de causa, munido de dados que foram retirados da própria Polícia Militar. Então, a correção de rumo que nós fazemos, e já encaminhei requerimento ao Governo do Estado solicitando a mudança no comportamento dessa operação nas próximas horas, porque eles chegam fazendo barulho, chegam com a sirene ligada, chegam alardeando que estão na cidade, fazendo, Deputado Bradock, V. Exa. que é um especialista nessa área, os bandidos fugirem. Dentro da corporação policial hoje eles estão dizendo que o bandido que for preso pela força-tarefa em qualquer cidade do Paraná tem que apanhar duas vezes: a primeira, por ser bandido e a segunda, por ser preso numa claque anunciada, numa operação programada, que na verdade tem poucos benefícios. Quando se quer prender efetivamente faça uma operação conjunta com o Ministério Público, com a Justiça, e faça o cerco, norte, sul, leste, oeste, com mandado judicial. É assim que funciona, é assim que deve ser feito, e infelizmente o Governo do Estado, ao que nos parece, vem fazendo ouvido mouco para os nossos pronunciamentos.

Mas, não tem problema. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. E a gente sabe, que mais cedo ou mais tarde, principalmente no período eleitoral, o Governo vai ser cobrado por tudo isso que está fazendo agora; e a injustiça que está sendo cometida contra os policiais militares, principalmente, que estão há dez anos sem reajuste, e na própria Lei de Diretrizes, que será votada por esta Casa até o próximo dia 15 de dezembro, segundo o Secretário Reinhold Stephanes, do Planeja-

mento, não há previsão para reajuste dos policiais militares.

Então, vamos ter, segundo esse próprio documento, - e é o alerta que faço colaborando com o Governo, - operação tartaruga na cidade de Londrina e nas outras cidades onde essa força-tarefa passar, porque a revolta é muito grande. Os policiais necessitam desse reajuste e precisam trabalhar com motivação, com guerra, com vontade para defender a população que está sofrendo com a violência.

Quero terminar esse pronunciamento dizendo que não tenho prazer nenhum em subir a esta tribuna para fazer essas colocações. Que me entendam, senhoras e senhores parlamentares, não se trata de nenhum tipo de perseguição. Mas nós que conhecemos um pouquinho só, porque tenho orgulho de dizer que fui repórter policial por quase vinte anos, conhecendo a rotina da polícia e principalmente, até dos modos operantes dos bandidos. Sinto-me no dever e na obrigação de fazer, mais uma vez, esse alerta, para colaborar com o Governo que aí está. Porque, se há disposição, se há recursos, que sejam aplicados nos policiais, através de aquisição de viaturas, de equipamentos e da melhoria das condições de salários, que se pague hora-extra, por exemplo, para que os policiais trabalhem motivados!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna na tarde de hoje para falar de uma notícia boa. A Justiça Federal de Brasília suspendeu ontem por liminar a cobrança da assinatura básica da telefonia fixa. Foi uma decisão sábia. Mais que isso, foi uma decisão justa que vem aliviar a sociedade brasileira.

O Juiz Charles Frazão de Moraes da 2ª Vara Federal, atendendo a um pedido do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor e aos clamores da Nação e do povo brasileiro, decidiu suspender a cobrança da taxa em todo território nacional.

Ainda ontem, desta tribuna cobrávamos uma posição em relação à TELEMAR e à Brasil Telecom envolvidas em denúncias de contratos escusos com os Correios e a Gamecorp. Lembrávamos que já estivemos em Brasília por duas ou três vezes em audiências públicas com a Comissão de Defesa do Consumidor e com o PROCON. Temos travado uma luta sem trégua em audiência com a ANATEL, com os PROCON'S na Câmara dos Deputados na Comissão da Defesa do Consumidor daquela Casa.

Foi uma vitória do povo. Como diria o dito popular: "A Justiça tarda, mas não falha". Agora cabe ao povo

a vigilância. É preciso garantir a decisão da Justiça. Cabe a esta Casa, a todos nós, à Comissão de Defesa do Consumidor criar mecanismos de sustentação, aprovar o projeto de lei na Câmara Federal. Precisamos pressionar os nossos Parlamentares em nível de Congresso Nacional.

Volto a insistir, foi uma grande vitória! Foi uma decisão corajosa e que nos enche de esperança. Ainda existem homens como o Juiz Charles F. de Moraes.

Ontem falávamos aqui desta tribuna que o filho do Presidente da República, conhecido por "Lulinha", é diretor de uma empresa chamada Gamecorp. E essa empresa, pasmem, Srs. Deputados, fez um contrato com a TELEMAR no valor de cinco milhões de reais! Quem sabe a dificuldade para se ganhar dinheiro, sabe o que significa cinco milhões de reais.

Tenho certeza absoluta, como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, pelas audiências públicas que vimos e que comparecemos em Brasília, de que o Lulinha, ao fazer esse contrato milionário da sua empresa com a TELEMAR, estava vendendo o silêncio do Presidente da República com relação a essa taxa de telefonia que vem sendo cobrada, de uma maneira ilegal, do povo brasileiro. Cada telefone paga quarenta reais pela tal taxa de telefonia fixa.

Essa cobrança, Sr. Presidente, já declarada ilegal nos tribunais, nos PROCON's, nas Comissões de Defesa do Consumidor de todas as Assembleias do Brasil, de todas as esferas onde isso foi discutido, ainda continua sendo cobrada!

O juiz em Brasília concede essa liminar e nós já encaminhamos um pedido de providências à CPI dos Correios, para que investigue os contratos dos Correios com a Brasil Telecom e com a empresa do Valério, a empresa do "mensalão" do PT, porque ali também está o silêncio de uma grande parte do PT do Brasil com relação a essa cobrança. Onde está a verdadeira defesa dos interesses do povo brasileiro que está sendo espoliado pelas empresas de telefonia, Sr. Presidente?

Nós queremos o fim dessa cobrança! Não queremos a sua diminuição, como disse o Ministro!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto as Lideranças do PSB, PP, PL, PTB, PPS, PFL, PT, PSDB, PMDB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(**Todos declinam**).

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de anunciar à Casa e agradecer, inicialmente ao Presidente, Deputado Hermas Brandão; ao Secretário, Nereu Moura, da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa; à nossa secretária Ana Beatriz; à nossa fotógrafa da Casa, Maria de Freitas; à nossa jornalista Tirsá Rita; aos componentes da Comissão de Orçamento e a todos que oportunizaram a edição deste livro sobre o Orçamento.

Na verdade, não é só a divulgação do trabalho da Comissão de Orçamento, mas fazer com que chegue às Prefeituras, Câmaras de Vereadores, às Bibliotecas Públicas, um trabalho sobre orçamento de uma forma didática e simples daquilo que é um orçamento público.

Por isso, nós agradecemos a todos que oportunizaram um trabalho que vai divulgar bastante a nossa Assembléia.

Obrigado, Sr. Presidente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 031/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, sugerindo a instalação de um Posto Avançado do Corpo de Bombeiros na Zona Oeste de Londrina. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero apenas registrar a presença, na Sessão de hoje, do Vereador de Marechal Cândido Rondon, Dante Roque Tonezer, que nos prestigia. Vereador pelo segundo mandato.

Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá as boas-vindas ao nobre Vereador.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/2005, de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Rafael Greca, que corrige a denominação da corporação beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 14.600 de 27.12.2004, (Polícia Militar). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o Programa de Prevenção e Controle do Diabetes, através de diagnóstico precoce, nas crianças e adolescentes matriculados na Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CECECT E CSP. COM EMENDAS DA CCJ E CECECT. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 015/2004, de 16.03.2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 064/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Mauro Moraes, objetiva instituir o Programa de Prevenção e Controle de Diabetes, através de diagnóstico precoce nas crianças e adolescentes matriculados na rede Pública de Ensino do Estado do Paraná.

Procedida a análise da proposição, no que concerne à égide desta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual, estando o projeto de lei em perfeitas condi-

ções de seguir seu curso legislativo.

Nestas condições, apresentamos parecer favorável, na forma da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DR. LUCIANO DUCCI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 064/2004

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 064/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído, nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio de todo o Estado do Paraná, o programa prevenção e controle do diabetes nas crianças e adolescentes matriculados na Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, através de diagnóstico precoce.”

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DR. LUCIANO DUCCI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 064/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Mauro Moraes, que objetiva instituir o Programa de Prevenção e Controle de Diabetes, através de diagnóstico precoce, nas crianças e dos adolescentes matriculados na Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 064/2004, na forma da emenda corretiva apresentada pela CCJ, por entender que o mesmo procura implementar programa de prevenção da doença de diabetes, proporcionando que trará enormes benefícios para as crianças e adolescentes matriculados na Rede Pública de Ensino.

Sala das Comissões, em 30.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 064/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Mauro Moraes, institui o Programa de prevenção e

controle do diabetes, através de diagnóstico precoce, nas crianças e adolescentes matriculados na Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná e dá outras providências.

Na forma do parágrafo oitavo do artigo 31 do Novo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná “à Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciências e Tecnologia compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular; sobre as questões relativas ao desenvolvimento cultural; ao desenvolvimento arqueológico e artístico; ao patrimônio histórico e ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador; manifestar-se em proposições que visem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, sistematização, aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, apoiando medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de base técnico-científico do Estado, constituído de entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e por unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico”.

A proposição institui programa na área de saúde e não programa na área de educação.

Em síntese, propõe-se um programa de saúde pública dirigido aos alunos da rede de ensino pública e privada.

O autor indica a fonte das receitas de maneira genérica, mas está incluída na Função Saúde, portanto, deverá ser inserido nos programas desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Saúde, Instituto de Saúde do Estado do Paraná e Fundo Estadual de Saúde.

O programa poderá ser desenvolvido também em parceria com os municípios, portanto, parcialmente com recursos municipais.

Todas estas situações serão objeto de regulamentação e para que se efetive o programa propomos emenda aditiva à proposição.

O parecer é pela tramitação regimental do projeto de lei acrescido das emendas apresentadas pela CCJ e por esta Comissão, reservando-nos ao direito de debater o mérito em plenário.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) ELZA CORREIA, Contrário à Emenda

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
EMENDA ADITIVA DO
PROJETO DE LEI Nº 064/2004

Adite-se ao projeto de lei, artigo com o seguinte teor, fazendo-se as renumerações necessárias:

“Art... Esta lei será regulamentada no prazo de noventa dias por ato do Chefe do Poder Executivo e a implementação do programa se dará no prazo

máximo de trinta dias a contar da publicação do regulamento”.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente - Contrário
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 064/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei é de autoria do nobre Deputado Mauro Moraes, que objetiva instituir o Programa de Prevenção e Controle do Diabetes, através do diagnóstico precoce, nas crianças e adolescentes matriculados na Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná e dá outras providências.

Tal matéria já foi devidamente analisada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável, bem como das Comissões de Finanças e Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, que na mesma forma ofereceram pareceres favoráveis.

Esta Comissão de Saúde Pública, chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 10, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão, é altamente meritório e ainda, com a instituição do programa de prevenção e controle do diabetes, nas crianças e adolescentes matriculados na rede oficial de ensino do Estado, temos a certeza de que o Estado estará contribuindo de forma importante com a saúde das nossas crianças.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que trata do aproveitamento dos policiais civis e militares aposentados. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2005, de 23/02/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 047/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 47/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, trata do aproveitamento dos Policiais Civis e Militares aposentados.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional, vez que não gera novos cargos para o

Estado, apenas cria possibilidade de que os policiais aposentados por tempo de serviço possam continuar servindo a corporação em atividades não operacionais através dos cargos Comissão 9-C.

Assim, se for do interesse da Administração, alguns cargos em Comissão 9-C poderão ser remanejados para a Secretaria da Segurança Pública, gerando a possibilidade destes servidores experientes poderem continuar servindo ao Estado e à sociedade.

O artigo 4º do presente projeto de lei deve sofrer emenda corretiva para adequar a redação, conforme exigido pelo artigo 9º da Lei Complementar 107/2001, que estabelece normas para a elaboração, redação e consolidação das leis.

“Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.”

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação na forma da emenda corretiva em anexo.

Sala das Sessões, em 16.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 047/2005

O artigo 4º passará a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 16.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 47/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 47/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, trata do aproveitamento dos Policiais Civis e Militares aposentados.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional, vez que não gera novos cargos para o Estado, apenas cria possibilidade de que os policiais aposentados por tempo de serviço possam continuar servindo a corporação em atividades não operacionais através dos cargos Comissão 9-C.

O projeto não gera nova despesa ao Poder Executivo, vez que se for interesse do Estado, apenas alguns cargos em Comissão 9-C deverão ser remanejados para a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 30.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 47/2005

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 047/2005, de a iniciativa deste Relator, tem por escopo aproveitar os policiais civis e militares aposentados para que prestem serviços não operacionais nas respectivas corporações.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se, conforme artigo 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e diante da síntese supra, resta-nos analisar o mérito sob a ótica da segurança pública, diante do que se vislumbra tratar de projeto de relevância para a segurança uma vez que aproveita os servidores com experiência no trato com a segurança pública, sem que com isso ocorra aumento de despesas.

Da Conclusão

Contudo, em análise do mérito depreende-se do projeto de lei em epígrafe o interesse social, desse modo sendo o voto do relator favorável ao Projeto de Lei nº 047/2005.

Sala das Comissões, em 23.05.2005.

(aa) DELEGADO BRADOCK
Presidente e Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Sertaneja, com sede e foro no Município de Sertaneja - APMI. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 009/2005, de 07/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 069/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Sertaneja - APMI, com sede no Município de Sertaneja.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 069/2005

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Sertaneja - APMI, com sede no Município de Sertaneja e foro no Município de Cornélio Procópio, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento:

Delegado Bradock.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Bairro do Mercado ACBAN, com sede no Município de Corumbataí do Sul e foro na Comarca de Barbosa Ferraz. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 019/2005, de 30/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 139/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Bairro do Mercado - ACBAN, com sede no Município de Corumbataí do Sul e foro na Comarca de Barbosa Ferraz, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade de bebedouros e sanitários nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2005, de 05/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 155/2005

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 155/2005, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Artagão Júnior, tem por escopo dispor sobre a obrigatoriedade de bebedouros e sanitários, nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que o referido projeto busca uma melhoria nas condições sanitárias e conseqüentemente no atendimento às pessoas que necessitam de atendimento nos hospitais públicos ou privados, casa de saúde e maternidade, demonstrando que no mérito a idéia é louvável, diante do que resta-nos apreciar a constitucionalidade, a legalidade e a técnica legislativa, e sobre a ótica da constituição federal apura-se que:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Vislumbra-se a intenção do legislador federal em deixar ao estado as questões voltadas a saúde pública, e nesta esteira segue a constituição estadual, conforme depreende-se:

Art. 168. As ações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, através de serviços de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Diante do exposto, não se observa norma hierarquicamente superior, ou conflitante, ficando evidente assim, que o projeto de lei atende perfeitamente aos princípios constitucionais estabelecidos pelo Poder Constituinte.

Ademais, cabe ainda salientar que não se trata de competência municipal, uma vez que a matéria busca atender a comunidade do Estado do Paraná, e não somente os interesses locais, vale dizer que não ocorre a predominância dos interesses do município sendo que o projeto, salvo melhor juízo, visa criar uma obrigatoriedade às instituições de saúde, no âmbito do Estado do Paraná, conforme apura-se da própria súmula do projeto em epígrafe.

Da Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 155/2005, por não encontrar nenhum vício de origem nem tampouco qualquer embaraço jurídico impeditivo quanto à constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 155/2005

P A R E C E R :

Do Relatório

O nobre Deputado Estadual desta Casa de Leis, Sr. Artagão Júnior, apresentou proposição obrigando, em todo o Estado do Paraná, a existência de bebedouros e sanitários, observada a distinção de sexos, para não funcionários, em todos os andares e divisões de hospitais, casas de saúde ou maternidade públicos e privados.

Da Fundamentação

É de extrema relevância que a proposição em questão seja transformada em lei: primeiro, pelo benefício e comodidade que trará a população, “clientes” utilizadores dos serviços de tais instituições; segundo, pelo tratamento mínimo à dignidade da pessoa humana.

Da Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável à proposição em tela.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
PADRE PAULO CAMPOS - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação Projeto Violência Brasil (APNVB), com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059 /2005, de 13/06/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 377/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Projeto Não Violência Brasil APNVB, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Rural de Centro Oeste do Paraná de Laranjeiras do Sul, com sede e foro no Município de Laranjeiras do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2005, de 15/06/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 388/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Sociedade Rural de Centro Oeste (SRCO) do Paraná de Laranjeiras do Sul, com sede e foro no Município de Laranjeiras do Sul.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2159, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2160, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2161 a 2164, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2168, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2169 e 2177, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2175, de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2178, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2179, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2180 a 2182, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Quero apresentar o Prefeito de Porto Barreiro, nosso companheiro João Costa, acompanhado de seu chefe de gabinete, Adilson e de outras lideranças que estiveram hoje aqui, na nossa Casa, de Mandaguari, os profissionais da educação de jovens e adultos, queremos saudar a todos que estiveram na audiência pública, bem como saudar a Deputada Elza Correia, Presidente da Comissão de Educação, que hoje conduziu muito bem essa reunião sobre o EJA.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa registra a presença de todas as lideranças e dá as boas-vindas.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Para registrar a presença do Vereador de Marechal Cândido Rondon, Dante Roque Tonezer.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Devidamente registrado e a Casa dá as boas-vindas ao nobre Vereador.

Queremos comunicar aos Srs. Deputados que a Presidência está comunicando e convidando a todos, para uma Sessão Especial comemorativa aos 151 anos da Polícia Militar do Estado do Paraná, a realizar-se às 17 horas, do dia 02 de agosto de 2005, portanto, hoje.

Antes de concluirmos, quer registrar a presença do Sr. Plínio de Arruda Sampaio, membro do Partido dos Trabalhadores, que nos dá a honra de sua visita nesta Casa.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero saudar o Dr. Plínio de Arruda Sampaio que, para nós brasileiros e sobretudo para nós católicos, representa a consciência positiva da política e do pensamento político brasileiro.

Seja S. Exa. muito bem-vindo, professor! Distingue, o seu pensamento, todas as correntes de opinião do

País. Ilumina, o seu pensamento, o debate político brasileiro. Não sou do Partido dos Trabalhadores - V. Exa. deve me conhecer porque fui Prefeito de Curitiba, fui Ministro da República - mas nós estimamos muito o seu exercício da inteligência e da palavra segura e ética, reserva moral da Nação.

V. Exa. é muito bem vindo à nossa Casa!

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Da mesma forma, gostaria de registrar aqui a presença de nosso companheiro, Vereador do PMDB de Marechal Cândido Rondon, Pedro Paulo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá as boas-vindas ao nobre Vereador.

Pela ordem, Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Na condição de Líder do PDT nesta Casa, gostaria também de saudar a presença do grande Plínio de Arruda Sampaio, que honra a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Respeitamos a sua história, a trajetória de um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e não seria lugar comum dizer que V. Sa. é uma das reservas morais deste País e para nós é motivo de grande satisfação poder recebê-lo.

E aqui, na condição de membro do Partido Democrático Trabalhista, em nome da memória de Leonel Brizola, que tinha um respeito enorme por Vossa pessoa e isso inclusive nos foi dito nas várias vezes em que tivemos oportunidade e tratarmos juntos, ele que tinha um respeito e uma consideração muito grandes pela história e principalmente por tudo aquilo que pregou e continua defendendo, com enorme coerência, no seu pensamento.

Muito obrigado pela sua presença! Engrandece esta Casa!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passamos a palavra ao professor Plínio, por alguns segundos, antes de encerrarmos a presente Sessão.

Prof. Plínio de Arruda Sampaio

O SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

Queria agradecer ao Presidente, ao Deputado Rafael Greca e ao Deputado Barbosa Neto, e dizer, realmente, da delicadeza com que me receberam.

Agradeço muito, porque era normal que os Deputados do meu Partido viessem me receber, mas Deputados de outros Partidos, em uma hora tão difícil para minha legenda, uma hora tão complicada, eu realmente recebo uma homenagem muito especial, que guardarei em meu coração.

Já estive aqui algumas vezes. Vim aqui para fazer a primeira campanha contra a fome, no tempo do Betinho, e aqui estive e fui muito bem recebido. De modo que tenho desta Casa uma memória muito boa e desta vez vou trazê-la ainda mais no coração, porque em uma hora em que estamos em dificuldades, uma hora em que estamos lutando para ver se mantemos acesa a chama da justiça, da verdade e da honorabilidade do progresso de nosso País.

Muito obrigado ao Deputado Greca, muito obrigado ao Deputado Barbosa e muito obrigado ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sr. Plínio, esta Casa dá as boas vindas! É uma honra recebê-lo aqui, sabendo do seu caráter ilibado, dos seus princípios de ética, de solidariedade, princípios de luta por este País.

É uma satisfação recebê-lo e desejamos sucesso nesse seu trabalho como candidato a Presidente do Partido dos Trabalhadores.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 064/2004, 047, 069, 139, 155, 377 e 388/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 434/2004, 162, 195, 339, 376, 387/2005 e do de Resolução nº 018/2003.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria de Apoio Técnico

Aditivos Contratuais

ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo: 2935/2005

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Contratada: Marli Penteado de Castro - ME

Objeto: Complementação de verba para a realização de eventos.

Dotação: 3390.3900

Valor: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

Em 01 de julho de 2005.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo: 2604/2005
 Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do
 Paraná
 Contratada: Café Automatic Ltda.

Objeto: Locação de máquinas
 Valor: 0,53 a dose
 Dotação: 3390.3900
 Vigência: Maio/2005 a Maio/2006
 Em 01 de julho de 2005.
 (a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

**DIÁRIO Nº 076****071ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
 15ª LEGISLATURA
 ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA
 REALIZADA EM
 03 DE AGOSTO DE 2005**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,
 secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr.
 Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior e Valdir Rossoni (33). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arlete Caramês, Elio Rusch, Ademar Traiano, Ademir Bier, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Francisco Bühner, Hermes Fon-

seca, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Waldir Leite (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há expediente a ser lido.

Quero participar a visita dos Vereadores do Município de Imbaú: o Vereador Robnison de Oliveira; Manoel Eurídes Gonçalves, (o nosso popular Pé-Inchado); Elias Gomes de Freitas; e Francisco Vieira de Godoy.

Nossas boas-vindas!

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Nishimori.

Deputado Luiz Nishimori (PSDB)

O SR. LUIZ NISHIMORI

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos completando 60 anos do fim da Segunda Guerra Mundial e em nome da paz, é preciso que seja lembrado por alguns minutos um pouco da história dessa guerra.

Com a morte de Hitler e a mudança do comando político da Alemanha, a Segunda Guerra Mundial perdia forças e caminhava para o seu fim. No entanto, alguns conflitos ainda aconteciam no Pacífico.

Mas, seria no Japão que a humanidade conheceria a mais terrível e mortal criação da tecnologia humana - a bomba atômica.

No dia 6 de agosto de 1.945, uma bomba de urânio era lançada na cidade japonesa de Hiroshima, causando a morte de 190 mil pessoas. Três dias depois, o Japão era sacudido por mais uma tragédia, uma bomba de plutônio caía sobre a cidade de Nagasaki, ceifando a vida de mais de 100 mil pessoas. Duzentas e noventa mil mortos foi o balanço dos horrores da bomba atômica no Japão! Prédios desapareceram como por encanto, a vegetação foi totalmente destruída, transformando Hiroshima e Nagasaki num campo deserto.

Num raio de dois quilômetros, do hipocentro da explosão, tudo ficou completamente destruído.

Quem sobreviveu teve que conviver com males terríveis, pois muitos tiveram sua pele arrancada junto com as roupas em função do calor emitido pelos raios ultravioleta. Uma chuva preta, oleosa e pesada caiu durante todo o dia, emitindo uma poeira radioativa, contaminando todo o meio ambiente. A fauna e a flora desapareceram completamente criando um caos no ecossistema japonês. Não havia comida, nem água, nem remédios suficientes para atender à população que havia sobrevivido dessa catástrofe horrenda. No dia 15 de agosto o imperador japonês, comunica ao povo a rendição, através de uma transmissão radiofônica e, dia 2 de setembro, assinava o termo de rendição aos aliados, colocando um ponto final à Segunda Guerra Mundial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a tragédia de Hiroshima e Nagasaki é um fato para ser lembrado, refletindo, com o objetivo de interligar os povos em favor da Paz, porque tanto a bomba atômica, como a bomba de hidrogênio, possuem hoje um poder de destruição, incomparavelmente maior que as da época, e há muitos países que as possuem.

Nos dias de hoje entidades espalhadas por todo o mundo, procuram manter viva a imagem das tragédias de Hiroshima e Nagasaki, com vistas a incentivar, principalmente, jovens e crianças, a manter a luta pela paz.

Fica aqui, registrado o fato, depois de 60 anos, para que a população global possa estar clamando a Deus, pela Paz Mundial, e renovando as suas esperanças de que nunca mais se repitam fatos como os de Hiroshima e Nagasaki.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra Deputado José Domingos Scarpeolini.

Nós queremos dar as boas-vindas aos nossos visitantes, mas queremos que comportem-se como devem aqui no Plenário.

Não vamos admitir bagunça nesta Casa não!

(Tumulto das galerias)

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 064/2004; 047, 069, 139, 155 e 388/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 434/2004; 162, 195, 339, 376, 385/2005, do Projeto de Resolução nº 018/2003.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
TERMO DE ATA

Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Durval Amaral e com a presença dos Deputados Barbosa Neto, Delegado Bradock, Nelson Justus e Reni Pereira. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião para o dia 03, amanhã, às 13h30 min., na Sala de Reuniões das Comissões. Nada mais havendo, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Sr. Presidente, pelos Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária de Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

